

seilheiros. A Conselheira Ivonete informou que participou juntamente com os conselheiros Alvino e Vitore da organização do Seminário de atuação interdisciplinar no sistema prisional Brasileiro que vai discutir desafios e perspectivas, o qual ocorrerá no dia 09/11/2012 em Brasília. Disse que recebeu do Doutor Herbert o relatório de visita no sistema prisional da Paraíba realizada pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos e que disponibiliza o referido documento aos demais membros do CNPCP, uma vez que o mesmo apresenta recomendações importantes encaminhadas ao Ministério Público daquele Estado, entre outros. O Conselheiro Fernando sugeriu a criação, no âmbito do CNPCP, de um procedimento específico para avaliar a questão da reintegração social, colhendo dos Estados quais as práticas que estão sendo adotadas e tendo como objetivo a formulação de um modelo nacional. O Conselheiro Vitore reforçou a importância do tema e sugeriu a realização de um concurso nacional de boas práticas de reintegração social. O conselheiro Rodrigo saudou a todos e os conselheiros recém empossados e comunicou a realização de um seminário do Grupo Brasileiro da Associação Internacional de Direito Penal que está ocorrendo no Rio de Janeiro na sede nacional da Procuradoria da República, no qual participa como representante do CNPCP, proferindo palestra sobre A Reforma da Lei de Execução Penal. O Conselheiro Rossini cumprimentou a todos os conselheiros, bem como os recém empossados e teceu considerações especiais a ambos, reiterando a felicidade por poder contar com os trabalhos dos mesmos neste Colegiado. Informou que o Brasil deve apresentar defesa na OEA, ainda este mês, no que se refere a cinco acusações com relação à área prisional, quais sejam RDD e Super Max, Pastoral Carcerária e outros organismos internacionais, Revista Vexatória, bem como a questão de maus tratos e superpopulação carcerária. Informou ainda que os assuntos serão discutidos em audiências públicas e reuniões privativas com a Corte, contando com a presença do MRE/Brasil. Falou ainda que a lei nº 12.714 está em vigor e em seu artigo 5º defere a instituição de um sistema nacional e o Ministro da Justiça deu essa incumbência ao DEPEN, momento no qual o Departamento Penitenciário trabalha na apresentação de um projeto para validação do Ministro, sendo que após a referida aprovação o mesmo será apresentado neste CNPCP. O Conselheiro Rossini solicitou ao Presidente que designe um representante do Conselho para participar do projeto, tendo sido designados os Conselheiros Luiz Guilherme, Erivaldo e Fabiana. O Conselheiro Rossini disse que no que se refere à monitoração eletrônica, o Depen tem uma nota técnica que está para validação do Ministro e que o Departamento deseja participar, juntamente com o CNPCP, da reedição da publicação sobre o tema.

Em seguida falou sobre os trabalhos do Departamento Penitenciário Nacional na área de educação no sistema prisional, inclusive das reuniões realizadas entre Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Secretarias de Educação Estaduais, Secretarias de Justiça, momento no qual apresentou números de vagas a serem disponibilizadas em tempo, destacando a discussão sobre a remissão sobre o estudo. Ressaltou que o Estado de Alagoas não possui o apoio do DEPEN para as PPP's, muito embora aquele Estado esteja em fase de licitação. O Conselheiro Rossini falou sobre o caso da Paraíba e disse que no dia da rebelião, emitiu ofícios às autoridades daquele Estado para adoção de providências imediatas. O Conselheiro Alamiro disse que entende ser necessário que o CNPCP se debruce sobre a questão das PPP's que estão sendo implantadas no Estado de Alagoas, tendo em vista importância da referida questão. Em seguida foi realizada a apresentação do documento sobre Alternativas Penais, pela Conselheira Fabiana, momento no qual o assunto foi amplamente debatido entre os membros do colegiado e contando com a participação da CONAPA, por meio da Doutora Heloisa Adario. Em seguida o Presidente do CNPCP apresentou aos conselheiros a agenda de inspeções prisionais para o ano de 2013, bem como a designação das duplas de conselheiros e respectivos Estados da Federação a serem visitados. O Doutor Luiz Bressane da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça apresentou aos conselheiros notícias atualizadas sobre os projetos de interesse do MJ que se encontram em andamento no Senado Federal, em especial sobre as emendas ao Código Penal. Falou sobre o novo posicionamento do STF em relação ao habeas corpus, momento no qual informou que à SAL conta com o auxílio do CNPCP na realização dos estudos e levantamento de dados para a propositura legislativa do MJ, no que se refere à revista íntima, trabalho e estudo dos presos e faltas disciplinares, momento no qual os temas foram amplamente debatido entre os membros do colegiado. O Conselheiro Vitore disse que no que refere-se a nova lei sobre dados, destacou três conselheiros para participarem, juntamente com o DEPEN, da construção de um sistema de informações atualizadas em todo o país. O Conselheiro Vitore informou que quanto ao debate sobre alternativas penais, designou a conselheira Fabiana para representar o CNPCP junto ao Conselho Nacional de Justiça, nos trabalhos que serão realizados, inclusive com o objetivo de um projeto de lei sobre o SINAPE. Em seguida tratou da questão do habeas corpus que pode vir a ser objeto de restrição nas cortes superiores, entendendo ser necessária uma provocação do CNPCP aos órgãos superiores, objetivando participação nas discussões que estão em andamento e garantia criteriosa do habeas corpus. O Conselheiro Vitore falou sobre a questão da revista íntima, destacando os trabalhos da Comissão do CNPCP que foram realizados e que resultou num texto a ser enviado ao congresso nacional em forma de projeto de lei. O Conselheiro Rossini falou da importância da criação de um marco regulatório sobre a questão das faltas graves, tendo como objetivo a normatização e uniformidade de apuração das mesmas por todos os Estados da Federação. O conselheiro Vitore designou o conselheiro Lanfredi para que formule uma proposta sobre o tema Faltas Graves, objetivando a edição de resolução do CNPCP e possivelmente a criação de um projeto de lei. O Conselheiro Rossini informou que houve dois encontros/seminários sobre a questão das medidas cautelares o que é de fundamental importância, momento no qual sugeriu ao Presidente que solicite o material que foi resultado dos referidos encontros, para conhe-

cimento do colegiado. O Conselheiro Rossini sugeriu que o conselheiro Lanfredi participe das discussões sobre a construção de um pacto, tendo em vista as denúncias sobre o Estabelecimento Penal Urso Branco, as quais foram apresentadas na Corte. O Conselheiro Vitore deu início a apresentação do programa nacional de apoio prisional, pela presidente do CONSEJ - Doutora Maria Tereza Uille Gomes, momento no qual o tema foi tecnicamente debatido pelos membros do colegiado e com intervenções de integrantes do CONSEJ. O Conselheiro Vitore apresentou ao CONSEJ parecer devolutivo da Conselheira Suzann no que refere-se a viabilidade do projeto para reforma das Unidades prisionais anteriormente apresentado pelo CONSEJ ao CNPCP, contendo as recomendações para adequações técnicas e atendimento ao disposto na resolução nº 09. A Doutora Maria Tereza solicitou ao CNPCP que avalie a possibilidade de que o CONSEJ possa enviar ao Conselho um projeto modelo de construção de unidades prisionais para análise e apresentação de orientações a serem seguidas pelos Estados, momento no qual o conselheiro Rossini disse que as orientações técnicas para construção de unidades prisionais encontram-se dispostas na resolução nº 09 e que o DEPEN somente analisará projetos que estejam em consonância com a referida resolução. Em seguida, procedeu-se à análise dos seguintes processos, previamente distribuídos: 1) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000125/2012-76 Assunto: Relatório de Inspeção realizada por este Conselho na Casa do Albergado Ministro Guimarães de Natal-Goiania-GO. Parecer do Conselheiro Rodrigo Duque Estrada: Oficie à Presidência da Agência Goiana do Sistema de Execução Penal solicitando quais as providências tomadas quanto à reparação da frota de veículos da Casa de Albergado; Comunique o Conselho Penitenciário sobre as respostas da Agência Goiana do Sistema de Execução Penal. Aprovado. 2) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000122/2011-51 Assunto: Relatório de inspeção feita na cadeia pública de Piracanjuba - Goiás. Ano: Março de 2011. Parecer do Conselheiro Rodrigo Duque Estrada: Comunique o Conselho Penitenciário sobre as respostas da Agência Goiana do Sistema de Execução Penal, após arquivem-se os autos. Aprovado. 3) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000138/2011-64 Assunto: Relatório de inspeção na cadeia pública da Cidade de Trintade-Goiás. Elaborado pelo Conselho Penitenciário de Goiás. Parecer do Conselheiro Rodrigo Duque Estrada: Comunique o Conselho Penitenciário sobre as respostas da Agência Goiana do Sistema de Execução Penal, após arquivem-se os autos. Aprovado. Após os debates entre os presentes o Presidente do Conselho encerrou os trabalhos e agradeceu a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por mim, Jussara Isaac Ribeiro.

HERBERT JOSÉ ALMEIDA CARNEIRO
Presidente

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONSELHO SUPERIOR

**ATA DA 147ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 4 DE FEVEREIRO DE 2013**

Em 04 de fevereiro de 2013, às 9h, reuniu-se, o Conselho Superior da Defensoria Pública da União para sua 147ª Sessão Ordinária, presidida pelo Exmo. Sr. Defensor Público-Geral Federal, Dr. Haman Tabosa de Moraes e Córdova e integrada pelo Exmo. Corregedor-Geral Federal, Dr. Fabiano Caetano Prestes e pelos Exmos. Srs. Conselheiros Dr. William Charley Costa de Oliveira, Dr. André do Nascimento Del Fiacco (suplente do Exmo. Dr. Gustavo Zortéa da Silva), Dr. José Rômulo Plácido Sales, Dr. Carlos Eduardo Barbosa Paz, Dr. Fabrício da Silva Pires e Dr. Daniel Chiaretti (suplente do Exmo. Dr. Kelery Dinarte da Páscoa Freitas). Ausente, justificadamente, o Exmo. Sr. Subdefensor-Geral Federal, Dr. Afonso Carlos Roberto do Prado, que esta representando a Instituição em Cabo Verde. Na presença do Exmo. Representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, Dr. Gabriel Faria Oliveira e dos Defensores Públicos Federais: Dr. Thiago Noboru Takai, Dr. Rafael Mol Melo Souza, Dr. Felipe Dezorzi Borges, Dr. Eduardo Flores Vieira, Dr. João Paulo Gondim Picanço, Dr. José Carvalho do Nascimento Júnior, Dra. Liana Lidiane Pacheco Dani, Dra. Vânia Márcia Nogueira, Dra. Tatiana Melo Aragão Bianchini, Dr. Jair Soares Júnior, Dra. Viviane Magalhães Arruda, Dra. Ana Paula Villas Boas. Abertos os trabalhos o Colegiado passou a Deliberar e decidiu. (Inversão de Pauta. Processo nº 08038.000652/2013-51. Restrição de atendimento trabalhista. Interessado: Dr. Thiago Noboru Takai.) O Exmo. Sr. Conselheiro Relator, Dr. José Rômulo Plácido Sales, inicialmente, apresentou voto quanto a preliminar de incompetência para considerar este Colegiado competente para o julgamento da causa. Aberta palavra aos requerentes os mesmos não demonstraram interesse em fazer sustentação quanto à preliminar. O Exmo. Sr. Presidente, Dr. Haman Tabosa de Moraes e Córdova, antes de iniciar a votação, ponderou que este caso excepcional, por se tratar de uma questão atípica de um projeto piloto na área trabalhista, poderia vir a ser analisado pelo Conselho visto que há uma solicitação de normatização, contudo, com relação aos demais processos de restrição de atendimento, estes não poderiam ter a mesma sorte, devendo ser encaminhados ao Defensor-Geral para sua análise na forma do art. 8º, I, da LC 80/94. Iniciada a votação, a ponderação do Exmo. Sr. Presidente foi adotada pelos Exmos. Srs. Conselheiros Dr. Daniel Chiaretti e Dr. Carlos Eduardo Barbosa Paz. O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Fabrício da Silva Pires abriu divergência para considerar a incompetência deste Conselho para análise de restrições de atendimento, sendo o DPGF o competente para a análise da matéria, exclusivamente. O Dr. André do Nascimento Del Fiacco acompanhou o Relator. Os Exmos. Conselheiros, Dr. William Charley Costa e Dr. Fabiano Caetano Prestes acompanharam a divergência. O Exmo. Sr. Presidente, ao final, adotou a posição mais conservadora e também

votou pela incompetência deste Colegiado. Portanto, em virtude do empate, com voto de minerva do Presidente, o Conselho entendeu pela incompetência para análise da matéria, com o consequente encaminhamento dos autos ao Defensor Público-Geral Federal, vencidos os Exmos. Conselheiros Dr. Carlos Eduardo Barbosa Paz, Dr. Daniel Chiaretti e Dr. José Rômulo Plácido Sales. Neste momento o Exmo. Sr. Presidente declarou-se impedido de presidir o CSDPU e passou a Presidência ao Exmo. Corregedor-Geral Federal, visto que é diretamente interessado no julgamento no processo que se segue. (Processo nº 08038.000416/2013-35. 17º Concurso de Promoção para DPFs de Categoria Especial.) O Exmo. Sr. Conselheiro Relator, Dr. Fabrício Da Silva Pires, inicialmente esclareceu que não houve pedidos intempestivos. Antes de iniciar votação quanto às vagas por merecimento, o Exmo. Relator colocou em discussão o fato de que nenhum dos Defensores interessados constam no primeiro terço da lista de antiguidade, somente obedecendo o requisito que estabelece necessidade de dois anos na categoria, acrescentou que pelo seu entendimento a lei exige os requisitos de forma cumulativa, dispositivo este, então, não cumprido por nenhum dos inscritos. Então no entendimento do Relator, não haveria precedência dos candidatos com dois ou mais anos na categoria sobre aqueles que não têm. O Exmo. Sr. Corregedor-Geral Federal, Dr. Fabiano Caetano Prestes, abriu a divergência por entender que a LC em seu art. 31, §3º dispõe que somente os interessados que cumpriram dois anos na categoria podem ser promovidos, determinando que aqueles interessados que preencham os dois anos na categoria tem preferência perante os interessados que não cumpriram este requisito. O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Daniel Chiaretti votou para acompanhar o entendimento do Relator. Os Exmos. Srs. Conselheiros Dr. Carlos Eduardo Barbosa Paz, Dr. José Rômulo Plácido Sales, Dr. André Del Fiacco e o Dr. William Charley Costa de Oliveira acompanharam a divergência apresentada pelo Exmo. Dr. Fabiano Caetano Prestes que, assim, restou vencedora. Seguindo o julgamento, passou-se à análise da segunda preliminar que diz respeito à concessão de pontuação com base em Resoluções já revogadas pelo Colegiado. O Exmo. Relator apenas considerou como válida e aplicável a Resolução nº 53, em consonância com o disposto no artigo 27 ("Art. 27. A presente Resolução será a única aplicada para os próximos concursos de promoção realizados no âmbito da Defensoria Pública da União."). O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. José Rômulo Plácido Sales abriu divergência para que sejam consideradas as pontuações das Resoluções que já foram revogadas. Os Exmos. Srs. Conselheiros Dr. Carlos Eduardo Barbosa Paz, Dr. Daniel Chiaretti, Dr. Fabiano Caetano Prestes acompanharam o voto proferido pelo relator, entendendo pela aplicação do art. 27 da Resolução nº 53. O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. André Del Fiacco acompanhou divergência apresentada pelo Exmo. Dr. José Rômulo Plácido Sales. Por maioria, o Colegiado decidiu que apenas a Resolução nº 53 será aplicável ao concurso em questão. Ultrapassada a discussão das preliminares, o Exmo. Relator passou à leitura de seu voto. Primeiramente, a Resolução nº 53/2011 prevê a possibilidade da promoção "per saltum" no artigo 7º, entretanto há candidatos suficientes da 1ª categoria da carreira para preenchimento das vagas. Sendo assim, indeferiu as inscrições dos defensores públicos federais de 2ª categoria, apesar de tempestivas: Dr. André Luiz Naves Ferraz, Dr. Igor de Andrade Barbosa, Dra. Lívica Cardoso Manrique de Andrade, Dr. Guilherme Augusto de Andrade, Dr. João Frederico Bertran Wirth, Dr. Adriano Cristian Souza e Leonardo de Castro Trindade. A partir deste momento, analisou-se, diante do oferecimento de 4 (quatro) vagas a serem preenchidas pelo critério da antiguidade, a análise de quais seriam os 4 (quatro) candidatos mais antigos, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 53/2011. Como se pode extrair da lista de antiguidade da DPU, com tempo apurado até 31/12/2012, os candidatos mais antigos na categoria, nos termos do artigo 31, § 1º, da Lei Complementar nº 80/94, interessados nas vagas de promoção por antiguidade são (com a posição na lista entre parênteses: a) Miriam Aparecida de Laet Marsigliá (8º); b) Danilo de Almeida Martins (48º); c) Haman Tabosa de Moraes e Córdova (51º) e d) Geovana Scatolino Silva (54º). Desse modo, a nominata dos defensores acima deve ser encaminhada ao Exmo. Sr. Subdefensor Público-Geral Federal para que proceda às promoções destes quatro defensores para a categoria especial, uma vez que o Defensor Público-Geral está impedido de proceder a essas promoções por ser um dos candidatos. Seguindo, o Relator passou a análise da promoção pelo critério de merecimento. Tem-se, por conseguinte, o que se segue com relação à pontuação dos interessados, em ordem de antiguidade: I) Tatiana Melo Aragão Bianchini (60ª) perfeitamente o total de 4,25 pontos; II) Pedro Paulo Raveli Chiavini (61ª) - não obteve pontuação; III) Felipe Dezorzi Borges (62ª) perfeitamente o total de 4,75 pontos; IV) Jair Soares Júnior (65ª) perfeitamente o total de 4,25 pontos; V) 11,5. Arlinda Magela Dias (67ª) perfeitamente o total de 0,25 ponto; VI) João Paulo Gondim Picanço (68ª) perfeitamente o total de 2,75 pontos; VII) Marcos Antônio Paderes Barbosa (71ª) perfeitamente o total de 5,25 ponto; e VIII) Lúcio Ferreira Guedes (75ª) perfeitamente o total de 0,75 ponto. Conste-se que, de acordo com entendimento esposado por este Egrégio Conselho, os Defensores com dois anos ou mais de 1ª categoria têm preferência sobre aqueles que não possuem o referido interstício. Seguindo este entendimento, os nomes que devem constar das listas de merecimento serão, portanto, os seguintes, na ordem de pontuação e com preferência por terem dois ou mais anos na categoria: Exmos. Srs. Drs. (1ª) Felipe Dezorzi Borges, (2ª) Tatiana Melo Aragão Bianchini, (3ª) Jair Soares Júnior, (4ª) João Paulo Gondim Picanço, (5ª) Arlinda Magela Dias, (6ª) Pedro Paulo Raveli Chiavini e (7ª) Marcos Antônio Paderes Barbosa. Assim, as listas triplíces para as 05 vagas de promoção por merecimento para a categoria especial ficam da forma a seguir, salientando que a candidata Tatiana Melo Aragão Bianchini já integrou uma lista de merecimento para a categoria especial no 13º concurso de promoção: 1ª lista: Felipe Dezorzi Borges (4,75 pontos), Tatiana Melo Aragão Bianchini (4,25 pontos) e Jair Soares Júnior (4,25 pontos). 2ª lista: Os dois remanescentes da 1ª lista mais o candidato João Paulo Gondim Picanço (2,75). 3ª lista: Os dois re-